

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
FERNANDA LEITE FERREIRA

A FORMAÇÃO DO ANALISTA: SEM TÍTULO, SEM GARANTIA?

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

FERNANDA LEITE FERREIRA

A FORMAÇÃO DO ANALISTA: SEM TÍTULO, SEM GARANTIA?

Trabalho de Conclusão de Curso de pós-graduação, apresentado ao curso de Especialização em Teoria Psicanalítica do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Me. Felipe Grillo

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

A FORMAÇÃO DO ANALISTA: SEM TÍTULO, SEM GARANTIA?

Fernanda Leite Ferreira ¹

Felipe Grillo²

RESUMO

Este trabalho aborda o tema da formação do analista no contexto de fortalecimento do discurso do capitalista. Tem como objetivo geral discutir a questão da autorização do analista diferenciando-a da validação tradicionalmente requerida na sociedade contemporânea. Os objetivos específicos são dimensionar o que é o analista; apontar o que ele faz e, por fim, distinguir o que o garante. A pesquisa se deu com base na obra de Freud e ensino de Lacan, sendo consultados também alguns de seus comentadores. É, portanto, caracterizada como revisão narrativa de literatura. Diante disso, foi preciso trazer para a discussão reflexões sobre o que é o psicanalista e o que constitui o seu fazer. Por fim, tem-se que a autorização do analista é fundamentalmente produto da experiência de análise pessoal, somada ao estudo teórico e supervisão. Esta, junto ao dispositivo do passe, constitui meio importante de verificação do ato analítico em cheque na autorização. No cartel do passe averigua-se para além do ato, o desejo do analista, determinante para que haja analista, que se distingue do desejo de ser analista, o qual por sua vez é estabelecido no registro da demanda e não do inconsciente. Com isso dito, fica evidente o desenraizamento da lógica analítica da lógica neoliberal uma vez que nesta é exigido garantias orientadas por regras e normas que vão na contramão da ética do desejo, base da psicanálise. Logo, torna-se importante a presença das Escolas de psicanálise, pois elas se constituem enquanto lugar fundamental de circulação dessa ética e conseqüentemente de sustentação da psicanálise.

Palavras-chave: Formação do analista. Desejo do analista. Autorização do analista. Garantia. Ética do desejo.

ABSTRACT

This work addresses the issue of analyst training in the context of strengthening capitalist discourse. Its main objective is to discuss the issue of analyst authorization, differentiating it from the validation traditionally required in contemporary society. The research was based on Freud's work and Lacan's teaching, and some of his commentators were also consulted. It is, therefore, characterized as a narrative

¹ Discente do curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UNILEÃO. Graduada em Psicologia pela UNILEÃO.

² Docente do curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da UNILEÃO. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicanálise da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

literature review. In view of this, it was necessary to bring to the discussion reflections on what the psychoanalyst is and what constitutes his doing. Finally, the analyst's authorization is fundamentally a product of the experience of personal analysis, added to the theoretical study and supervision. This, together with the pass device, constitute important means of verifying the analytical act in check in the authorization. In the cartel of the pass, beyond the act, the desire of the analyst is investigated, which is decisive for the existence of an analyst, which is distinguished from the desire to be an analyst, which in turn is established in the register of demand and not of the unconscious. With that said, the uprooting of analytical logic from neoliberal logic is evident, since it demands guarantees guided by rules and norms that go against the ethics of desire, the basis of psychoanalysis. Therefore, the presence of Schools of Psychoanalysis becomes important, as they constitute a fundamental place for the circulation of this ethics and, consequently, for the support of psychoanalysis.

Keywords: Analyst training. Analyst's wish. Analyst authorization. Guarantee. Ethics of desire.

1 INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho em abordar a formação do analista está ligado ao momento social no qual se vivencia a racionalidade neoliberal, segundo Dardot e Laval (2016); o capitalismo cultural, de acordo com Lipovetsky e Serroy (2011) e o discurso do capitalista, conforme Lacan (1969-1970/1992). Apesar dos autores mencionados partirem de diferentes discursos (os primeiros, a partir do discurso do mestre, e Lacan, do discurso do analista) para abordar esse momento, trata-se da questão de como o capital passou a governar o modo de vida das pessoas.

Dardot e Laval (2016) afirmam que a racionalidade neoliberal encontrou um meio de difusão na globalização da tecnologia. Ideia correspondente há em Lebrun (2004) ao ressaltar que a ciência separou a relação entre saber e verdade fazendo surgir a tecnociência cujo fim é servir ao capital. Desse modo, há uma união entre tecnologia, comércio e produtividade que fomenta a competitividade. Essa lógica marca a exigência do “investimento em si”, do desenvolvimento de suas capacidades como imperativo de realização pessoal (SAFLATE; JUNIOR; DUNKER, 2020).

Em “A reinvenção da intimidade” (2017), Dunker explicita que o neoliberalismo institui modalidades de sofrimento e uma gramática de reconhecimento na qual predomina a luta pelo prestígio. É o universo da imagem como marketing pessoal, das relações como networking e da cultura como entretenimento que se estende (DUNKER, 2017) nas redes sociais, onde se inicia uma corrida por seguidores e curtidas.

Diante disso, faz-se relevante lembrar de Lacan (1953/1998, p. 322): “que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”. Pode-se depreender desse trecho a importância de o analista estar ciente e advertido da discursividade do seu tempo, pois ele não é livre dos contornos que o Mestre dá a sua pólis. Este, de tempos em tempos, o interpelará se o analista silenciar (VOLTOLINI, 2018).

Desse modo, tendo em vista o já explicitado, é preocupante o cenário de aprovação pelo Ministério da Educação (MEC) de um curso de graduação que oferece ao final o título de bacharel em psicanálise, habilitando o egresso a atuar em empresas ou mesmo por conta própria. O fator crítico desse curso reside na motivação empresarial (JORGE, 2022) sendo incompatível com o que se entende pela formação

do analista. As tentativas de regulamentação da psicanálise que surgem de tempos em tempos servem a esse mesmo propósito.

Para a psicanálise, a validação de um analista não se dá por essa via. Não é o certificado de um curso ou formação que irá garantir o analista. A questão é complexa, pois, à rigor, não se é psicanalista. “Psicanalista” é uma categoria imaginária necessária para a circulação no laço social, porém se trata de uma função que faz operar em análise (LACAN, 1971/2009). Todavia, isso não quer dizer que não possa ser verificada e, inclusive, transmitida. Por não se tratar do âmbito da rigidez ontológica, ela passa longe do rol das profissões como estamos habituados, situa-se como um ofício (Lacan, 1967-1968/1992) a ser construído com o trabalho de análise pessoal, supervisão e estudo teórico, o famoso tripé da formação analítica (FREUD, 1926/2017).

Diante do exposto, torna-se importante trazer essa discussão para o âmbito acadêmico, pois, afinal, como se dá a autorização do psicanalista? Essa é a questão principal a ser discutida neste trabalho e perpassa as indagações sobre: o que é esse fazer psicanalítico que não se insere na lógica comum, ponto para o qual há um empuxo recorrente e ao qual se faz resistente? Onde essa prática encontra, então, sustentação e circulação?

Esse fazer, que não está dado nem garantido por instituições acadêmicas, ou mesmo legislação comum, é singular e construído a partir de um percurso de análise guiado pela ética do desejo (Lacan, 1959-1960/2008). Ele se constitui enquanto um ato e encontra possibilidade privilegiada de circulação nas Escolas de psicanálise. Estas consistem em espaços destinados à transmissão por meio do compartilhamento da experiência analítica, lugares nos quais o próprio analista se propõe como verificação (FARIAS, 2018). O analista é produto de uma experiência com o inconsciente e sua tarefa consiste em dar provas disso na transmissão da psicanálise.

2 METODOLOGIA

A fim de refletir sobre essas questões, serão consultadas a obra de Sigmund Freud e o ensino de Jacques Lacan, além de alguns de seus comentadores através de livros e artigos eletrônicos pesquisados em plataformas como Google Acadêmico, Capes, etc., bem como revistas de escolas de psicanálise. O critério de seleção para os artigos utilizados foi afinidade com o tema em questão, a saber, a formação do

analista. A pesquisa terá como objetivo geral refletir sobre como ocorre a autorização do analista. Ela se constitui, portanto, enquanto uma revisão narrativa de literatura, segundo Rother (2007), uma vez que é norteadas .

Conforme a obra de Freud, a psicanálise é tanto uma prática terapêutica quanto um método investigativo que resultam numa rede de conhecimentos cujo objeto é o inconsciente, ou melhor suas formações, a saber os sintomas, os atos falhos, os chistes e os sonhos. Enquanto método, ela não distancia pesquisador e pesquisa e propõe a formulação e reformulação da teoria a partir da experiência clínica. A pesquisa em psicanálise segue a trilha significativa num trabalho com o inconsciente de forma a preservar a letra de Freud ao seguir seus passos no fazer com a ética do desejo (BATTISTA, 2020). Assim, ao manejar os conceitos teóricos como instrumentos da pesquisa, o pesquisador, sujeito ativo da questão, transforma no processo a si e a própria teoria (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006).

Ademais, vale salientar que o presente artigo não tem como pretensão explorar ou esgotar todas as nuances que o tema da formação pode ter. Feita a advertência, no intuito de recuperar de onde parte a autorização do analista, serão explanadas algumas noções em psicanálise, tais como o desejo do analista, o ato, os impasses do fim de análise e a relação entre analista e Escola. O trabalho será dividido em três tópicos para a discussão e terão como temas centrais os seguintes objetivos específicos respectivamente: dimensionar o que é o analista; apontar o que faz o analista e, por fim, distinguir o que garante o analista.

3 O DESEJO DE FREUD

Médico neurologista, Freud se depara no fim do século XIX com um dos grandes enigmas para a medicina, a histeria. Nesse período, interessava a definição e a regularidade sintomática para incorporação da histeria às patologias da neurologia. Charcot, renomado neurologista da época, desenvolveu, nesse sentido, estudos para tentar encontrar correspondentes anatômicos desse fenômeno, e embora não tenha obtido sucesso nessa tarefa, pôde descartar tanto a hipótese de simulação que estava sobre esses casos quanto a crença de que somente as mulheres seriam acometidas (GARCIA-ROZA, 2009).

A teoria de Charcot era que, devido a uma condição hereditária, o trauma podia exercer influência de forma permanente, desencadeando as crises. Já o médico, por

meio da hipnose, conseguiria semelhante efeito, mas apenas de forma temporária. Assim, a sugestão hipnótica era usada como mecanismo de controle por meio da qual Charcot obtinha sintomas histéricos bem definidos e regulares. Nesse ponto, evidencia-se a relação entre a histeria e o desejo do médico. Charcot buscava identificar, através da narrativa de suas pacientes, o trauma. Todavia, ele recusou a importância de aspectos referentes à sexualidade, dos quais Freud fez o núcleo de sua investigação (GARCIA-ROZA, 2009).

Em 1885, Freud publica junto com Breuer “Estudos sobre a histeria”, no qual promove investigações com a hipnose, integrando os sintomas à história de vida da paciente e aplicando a técnica sugestiva de Bernheim (BRIDA; NETO, 2015). Contudo, tendo como marco o caso de Emmy Von N, paciente que o interrompe e pede expressamente que a escute, Freud inicia a transição para o método da associação livre. Freud então rompe com a influência de Charcot, Breuer e Bernheim (BRIDA; NETO, 2015) para seguir algo novo que encontra na fala de Emmy. O desejo de ser escutada e o desejo de escutar, portanto, são o ponto de início da psicanálise diante do qual Freud não recuou, mesmo ante o enigma da sexualidade.

Segundo Lacan (1964/1985, p. 19),

a histérica nos põe na pista de um certo pecado original da análise. É preciso mesmo que haja um. O verdadeiro é talvez apenas uma coisa, é o desejo do próprio Freud, isto é, o fato de que algo, em Freud, não foi jamais analisado (LACAN, 1964/1985, p. 19).

Lacan afirma ser esse o ponto no qual teve que interromper seu seminário sobre os Nomes-do-Pai. Ele pretendia colocar em questão a origem, o que havia no desejo de Freud que o possibilitou encontrar a via de acesso à experiência do inconsciente. Quando interrogado se isso não seria incorrer num psicologismo, Lacan aponta que, em Freud, se trata do desejo como objeto, não como uma subjetividade (LACAN, 1964/1985).

A consequência disso é que em psicanálise o desejo não é tratado como algo desimplicado com a teoria, afastado para fins de objetividade, isto é, não tem a ver com o enquadramento positivista da ciência moderna. O desejo é posto em cena, é escutado. A partir desse ponto de negatividade, que será melhor explanado adiante, Freud vai tecendo sua teoria e a atualizando conforme a sua escuta clínica. Ainda em 1885, ele elabora o “Projeto para uma psicologia científica”, considerado por alguns um texto da pré-história da psicanálise, em que é possível perceber conceitos

psicanalíticos importantes em seu estado nascente, como as ideias de defesa, pulsão, repetição e desejo (GARCIA-ROZA, 2009).

O desejo vem de uma experiência mítica vivida nos primórdios da vida humana, uma experiência de satisfação que consiste na descarga de catexia acumulada no aparelho psíquico. Assim, o prazer é a diminuição dessa energia e o desprazer, seu acúmulo. No instante em que o bebê é atendido, a figura que promoveu a ação específica e possibilitou o alívio, que é vivido miticamente como completo escoamento da tensão acumulada, é reinvestida de energia psíquica. Futuramente, essa situação será alucinada como uma tentativa de recuperar a satisfação desse primeiro momento que será, a partir de então, sempre frustrada. (FREUD, 1985/1996).

Esse caráter alucinatório adquire uma função, pois promove o encontro com o objeto que não há. Ele visa a realização do desejo, porém tudo que obtém é uma satisfação sempre parcial, dado que o objeto do desejo não existe e foi fundado numa experiência mítica. Assim, o termo pulsão aparece vinculado à satisfação, enquanto o desejo, à realização (OLIVEIRA, 2003). Esse funcionamento faria parte da função primária do sistema ligado ao princípio de inércia. Tal princípio, contudo, como foi dito, se mostra inviável de realização total e insuficiente para o funcionamento do aparelho sendo, portanto, transgredido (SILVA, 1995).

Para manter a capacidade de defesa contra as excitações exógenas que estimulam e causam um aumento da energia interna gerando desprazer, o aparelho psíquico é obrigado a subverter o princípio de prazer para reter e acumular energia. Agora, prevalece o princípio de constância cujo objetivo é manter o menor nível de energia possível (SILVA, 1995). Essa nova diretriz é resultado da instauração do princípio de realidade, uma vez que o aparelho se encontra com a tarefa de modificar o meio para poder atender ao princípio de prazer (FREUD, 1985/1996).

A constituição do aparelho psíquico assim se dá com algo que sempre escapa à satisfação total que, no entanto, é sempre visada (FREUD, 1985/1996). Apesar dessas formulações, somente em “A Interpretação dos Sonhos”, Freud (1900/1996) vai definir de forma clara o conceito de inconsciente. Esse texto marca a fundação da psicanálise e é indissociável da ideia de desejo. Para Lacan (1964/1988), a formulação de um conceito fundamental é feita a partir de sua relação de descontinuidade com o saber, ou seja, marca uma ruptura e funda um novo campo.

A psicanálise como novo campo do saber é uma experiência com o inconsciente que difere do discurso científico, pois este “é uma ideologia da supressão

do sujeito” (LACAN, 1970/2003, p. 436), ou seja, desconsidera algo que para Freud é essencial, o desejo. Ele está no cerne da experiência psicanalítica (VORSATZ, 2018). Como diz Lacan (1964/1988, p. 16), em analogia à presença do analista, é preciso algo da “pureza da alma do operador” para fundar uma experiência. Nesse sentido, o desejo de Freud foi operador da psicanálise e condição para emergência do analista sobre o qual discorrerá o subtópico seguinte.

3.1 O ANALISTA

Considerando o real em jogo na psicanálise, a rigor, o analista é uma função, portanto, falar sobre o que é o psicanalista é falar das condições de sua emergência (FINGERMAN, 2016). A primeira delas, já discutida desde Freud enquanto fundador do campo do inconsciente, é o operador fundamental a ser depurado da análise daqueles que se propõem ao ofício em questão. Freud (1937/2017) coloca a análise pessoal como lugar no qual é possível conseguir a habilitação ideal e de onde se deve partir a questão da formação.

Em “Análise finita e a infinita” (1937/2017), o autor trata, ao retomar Ferenczi, que o objetivo de uma análise não é se tornar interminável, tão pouco ser abreviada, mas ela deve ser conduzida a um término natural no qual o analista terá aprendido com “seus próprios ‘enganos e erros’ e tenha adquirido domínio sobre os ‘pontos fracos da própria personalidade” (FREUD, 1937/2017, p. 354). Todavia, não quer dizer que os analistas obterão o grau máximo de normalidade psíquica e isso também não implica em uma inutilidade da prática. Eles são pessoas como outras quaisquer que aprenderam a exercer um trabalho denominado por Freud como “determinada arte” (FREUD 1937/2017).

Em “Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico” (1912/2017, p. 99), Freud também alerta sobre a necessidade de se ter passado pelo processo de uma “purificação psicanalítica” a fim de evitar resistências na escuta e eliminar pontos cegos na percepção analítica durante a condução dos tratamentos. Deve-se ouvir atentamente o analisante sem valoração ou seleção de um conteúdo em detrimento de outro e sem especulações teóricas durante o atendimento, estas só podem ser feitas após seu término. Em síntese, deve-se aplicar a atenção flutuante, um correspondente técnico à associação livre que ocorre do lado do analisante, em que o analista confia na sua memória inconsciente do caso (FREUD, 1912/2017).

Freud (1912/2017) ainda recomenda ao analista deixar de lado seus afetos e sentimentos de compaixão humana para deter-se ao único fim de realizar com perfeição sua tarefa. Mais uma vez, ressalta a importância do analista ter o inconsciente afiado, pois este será usado como instrumento durante a análise, na qual será estabelecida uma relação de sintonia entre o inconsciente do analisante e do analista.

Lacan (1958/1998) afirma que o analista deve pagar com as suas palavras, com a sua pessoa e com o seu juízo mais íntimo. Numa relação transferencial, o analista se coloca como lugar vazio, assumindo, portanto, uma posição de causa de desejo, a fim de abrir espaço para a circulação do desejo do Outro (CASTRO; FERRARI, 2013). Ou seja, se ele se abre para essa circulação, o que ele fala ou intervém não diz respeito a sua pessoa, mas sim à relação do analisante com o grande Outro da linguagem.

Desse modo, o analista paga com interpretações, com sua pessoa, cedendo-a à transferência, e com atos. Nesse sentido, vale salientar, que a “moeda” da qual o analista abre mão inclui o seu juízo mais íntimo no que diz respeito ao ato analítico já que não é possível que tenha ciência de tudo o que faz em uma análise, uma vez que seu próprio ato segue o ritmo de emergência fugidia do sujeito do inconsciente, sempre escapando (BATTISTA, 2020).

Como fica claro, o nível da consciência, enquanto aquele que estipula, calcula e julga e a dimensão do ser no que diz respeito às experiências, vivências e papéis sociais que constituem a pessoa do analista, ficam de fora do trabalho analítico. Assim, o lugar do analista é essencialmente vazio e trilha um caminho cuja direção é oposta ao estabelecimento da identificação. Por isso, Lacan (1964/1985) se refere ao desejo do analista como um desejo de obter a diferença absoluta. Desse modo, pode-se dizer que é um desejo de ocupar o lugar de falta-a-ser, de diferença a ser constituída.

Isso é o que há de universal na psicanálise e ainda assim, extremamente singular, pois permite uma construção única a cada vez e para cada um que se dispõe ao tratamento. Constitui, portanto, sua dimensão política, conforme diz Lacan (1958/1998, p. 596): “O analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta-a-ser do que em seu ser”. Visto isso, o analista é efeito de uma posição ética e política que emerge a cada vez no interior da transferência e que atualiza, portanto, o desejo

de Freud de maneira singular. É a partir dessa posição que o analista vai construir o seu fazer.

4 O FAZER DO ANALISTA

Freud, ao investigar o funcionamento do inconsciente, identifica a relevância do jogo das palavras, da fala e da associação livre. Tal fato, leva Lacan a formular o inconsciente como discurso do Outro. Esse grande Outro entendido como tesouro dos significantes é o campo da linguagem, lugar de constituição do sujeito, no qual ele é introduzido pelos seus “outros” fundamentais que estabeleceram com ele um vínculo de cuidado e troca afetiva nos primeiros anos de vida (LACAN, 1953/1998).

Na instauração do dispositivo analítico, ocorrerá o estabelecimento da transferência, ou seja, a reedição das relações que o sujeito viveu com seus outros fundamentais agora dirigida à pessoa do analista. Com isso, engendra-se uma vinculação entre três: analisante, analista e Outro (PISETTA, 2011). Essa vinculação é base para o estabelecimento da suposição de um saber ao analista. Significa que o sujeito, submetido ao significante do Outro suposto ao analista, inicia seu trabalho implicado em um acesso, ainda que fragmentado e aos tropeços, a um saber que está no campo do Outro. Um saber, portanto, que não se sabe que sabe (PISETTA, 2011).

O sujeito da psicanálise é o sujeito do inconsciente constituído tanto através da linguagem quanto do discurso do Outro. Lacan recorre à linguística de Saussure para explicitar melhor a questão do sujeito referido à linguagem. Ele subverte o signo linguístico colocando o significante como antecessor do significado. Isso implica que, de forma isolada, o significante é vazio e o significado só advém com sua articulação a um outro significante (DUARTE, 2013). Desse modo, o discurso, constituído por essa articulação, causa retroativamente o efeito de sujeito, dado que só ao final da frase pode-se obter o sentido do primeiro significante (LACAN, 1953/1998).

Nesse sentido, Lacan (1957/1998a) destaca duas estruturas fundamentais da linguagem, a metonímia e a metáfora, correspondentes respectivamente aos mecanismos do deslocamento e da condensação em Freud. A primeira, por meio da conexão entre significantes, possibilita a elisão que introduz a falta do ser na relação com o objeto e, pelo valor retroativo da significação, instala o desejo que visa a falta por ele sustentada (LACAN, 1957/1998a).

Logo, vê-se a relação entre metonímia e desejo, pois com o encadeamento significante e a elisão, o objeto do desejo fica a devir no efeito retroativo de discurso, sendo, portanto, inalcançável e sempre fora da cadeia. Por essa razão, pode-se pensar que o objeto ex-siste. Assim, o desejo é sempre de outra coisa, uma vez que sua relação se dá com aquilo que fez marca, mas está elidido da cadeia e, por conseguinte, faz falta (LACAN, 1957/1998a).

Já a metáfora aponta para a criação, uma vez que propicia uma nova significação ao permitir a substituição de um significante por outro com a condição de que possam operar do mesmo lugar em uma cadeia significante (LACAN, 1957/1998a). Essa justaposição coloca duas cadeias em relação e deixa um significante elidido, mas de modo a operar metonimicamente de forma oculta (OLIVEIRA, 2013). A título de exemplo é possível citar o caso do pequeno Hans cujo sintoma é a fobia de cavalos. Nesse caso, o significante elidido é o “pai”, a quem Hans dirige sentimentos ambivalentes, e o significante “cavalo” entra como substituto. Assim, a fobia em questão é uma solução aos sentimentos conflitantes de Hans para com o pai (FREUD, 1909/1996). Nessa linha, Lacan atribui ao sintoma uma estrutura metafórica detentora de um gozo, uma vez que seu sentido é inconsciente, ou seja, tem relação com algo que é impossível de suportar, que é buraco, mas também excesso (OLIVEIRA, 2013).

Na análise o sujeito é convocado a confrontar seu sintoma “cuja estrutura está caracterizada por um nó de palavras que marcam o sujeito desde a mais longínqua infância” (MARISCAL, 2003, p. 200). Ainda conforme essa autora, ao analista cabe suportar a abertura ao mal-estar do sintoma evitando respostas apaziguantes e possibilitando ao analisante interrogar seu sofrimento. Com isso, o analista se abre para a atenção flutuante e para a emergência do ato analítico que, ao convocar e permitir o analisante falar, promove a oportunidade de escoamento e de redução do gozo contido no sintoma (DUARTE, 2013). Assim, como uma análise não é sem o ato analítico, o próximo subtópico se deterá nele.

4.1 O ATO ANALÍTICO

A função do desejo do analista é condição essencial para que haja uma experiência analítica. Deste desejo de presentificar a falta para o analisante, faz-se emergir o significante e o encadeamento discursivo, sendo considerado homólogo à

constituição do sujeito, conforme Mariscal (2003). Isso porque, no dispositivo analítico, o analista se coloca como suporte do desejo do Outro.

Se o desejo é característico da divisão do sujeito que funda o inconsciente, e este é definido por Lacan como o discurso do Outro, tem-se que o desejo do sujeito é o desejo do Outro (MARISCAL, 2003). Ao contrário do que comumente se pensa, o inconsciente é parte concreta do discurso transindividual. Então, quando Lacan (1957/1998, p. 440) diz: “o inconsciente é esse discurso do Outro em que o sujeito recebe, sob a forma invertida que convém à promessa, sua própria mensagem esquecida”, ele quer explicitar a relação entre a mensagem invertida do Outro e a verdade do desejo inconsciente.

Segundo Mariscal (2003), o analista, ao sublinhar as mensagens do analisante, visa o reconhecimento desse desejo por elas contido, uma vez que ao sublinhá-las ele as devolve de forma invertida. Para tanto, é primeiro preciso o estabelecimento de uma relação transferencial na qual o analisante demandará do analista respostas, ao supor que ele sabe a respeito de seu sofrimento. Todavia, não sendo desse lugar de suposto saber que o analista atua, cabe-lhe recusar responder à demanda do analisante. Assim, o analista presentifica o real e, por ação da transferência, o analisante pode engendrar um discurso que fale de sua falta constitutiva (MARISCAL, 2003).

Essa postura do analista, segundo Rabinovich (2000), tem por característica o não-saber que não é uma negação do saber, mas se coloca como *douta ignorância*. Ou seja, admite a impossibilidade de se conhecer, de modo preciso e fechado, um objeto e estimula a curiosidade, produzindo um desejo de saber, portanto. Esse lugar de imprecisão ontológica, de indefinição do ser é lugar de base a ser mantido tendo em vista a perseguição do desejo. Assim, o analista não atua de uma posição de saber, porém a sustenta do lado do analisante como suposta para fazer dela possibilidade de emergência do ato analítico, operador da causa de desejo (MARISCAL, 2003).

Lacan (1967-1968/1992, p. 4) afirma que “a transferência não é outra coisa senão a colocação em ato do inconsciente”. O convite dirigido ao analisante para o trabalho de associação, de elaboração de um dizer (no sentido de reconhecimento do desejo inconsciente), lança uma condição de abertura ao discurso do Outro que pode emergir de diversas formas. Segundo Harari (2001), Freud introduz a questão do ato no trabalho analítico referente à função do esquecimento, já que nele fica clara a

independência de um acontecimento de sua relação com o conteúdo consciente e seu efeito, ainda que ele seja lido como falho.

Freud qualifica a falha como “*psychiste Akte*”, ato psíquico de pleno direito e que nada tem a ver com uma ação motora (HARARI, 2001). Conforme Alberti (2009), o “*Akt*” freudiano está relacionado ao ato sexual como “*Sexualakt*”, em que o homem é posto em relação ao seu gozo e pode atingir o seu maior nível de prazer. Todavia, o primeiro “*Akt*” não é do sujeito, mas o engendra, ele é o “*Akt*” dos seus pais. “Nesses termos, corresponde ao ‘*Sexualakt*’ da cena originária” (ALBERTI, 2009, p. 71). Freud faz um novo uso de “*Akt*”, como um paralelo para “*Sexualakt*”, que torna possível associar “*Akt*” ao ato lacaniano, uma vez que, para Lacan, o ato é fundado sobre a repetição (ALBERTI, 2009).

Segundo Alberti (2009), Freud emprega esse termo para falar do *Fort-Da*, conhecido como o jogo da presença-ausência, no qual a criança simboliza a ausência da mãe. Assim como há o caráter único de maior prazer humano no “*Sexualakt*”, há um aspecto único da repetição no “*Akt*” (ALBERTI, 2009). No *Fort-Da* se introduz o prazer na relação com aquele que ocupa o lugar de Outro. A partir do “*Akt*” do “*Da*”, que representa a volta, a criança elabora a ausência anterior causada pela partida, o “*Akt*” do “*Fort*” (ALBERTI, 2009). A hiância característica desse jogo marca a existência do desejo, ou seja, da falta no Outro que é enigma para o sujeito (GONÇALVES, 2018). A partir disso, é possível conceber o ato fundado na repetição como elaboração da falta por meio de uma encenação.

Vale salientar, ainda de acordo com Harari (2001, p. 43), que “ato se acha muito ligado a ator e autor é uma das acepções de ator”, introduzindo assim uma noção de cena. Dada a ordem cênica, pode-se dizer que aponta para o que se pode chamar então de palco e supõe a presença de um olhar fascinante. Nesse sentido, a posição privilegiada que Lacan dá ao olhar na formulação do objeto *a* enquanto objeto causa de desejo mostra coerência (HARARI, 2001). Esse objeto é aquilo que engendra uma experiência de satisfação e pode ser desprendido do Outro, como o olhar, a voz, o seio e as fezes (LACAN, 1973-1974/2018).

O reconhecimento do enigma do sintoma determina o início do trajeto psicanalítico com a implicação do sujeito. Essa mudança de postura do sujeito ocorre quando sua conduta sofre uma ruptura que produz uma fantasia de complementação necessária. Isso sinaliza aquilo que de sua relação com o Outro restou, o objeto *a*. O ato analítico é o que promove essa hiância e convoca o sujeito a seguir a trilha

significante a partir dela, aliás, como diz Lacan (1967-1968/1992), o ato é sempre significativo. Assim, do lugar daquilo que falta, daquilo que não responde à demanda do analisante, o analista abre espaço para o advento do *a* como causa do desejo (MARISCAL, 2003)

Ademais, Dunker (2016) recobra a noção de ato para dizer que ele depende de uma contingência que envolve quem o recebe, quem o lê e quem o faz em determinado contexto e engendra uma transformação radical na medida que recria algo que nunca existiu. Ainda conforme Dunker (2016), em se tratando do ato analítico, ele só é possível no interior da transferência e sua verificação só se dá *a posteriori* através do efeito que ele causa sobre o sujeito. Tal efeito convoca o sujeito a construir e assumir uma nova posição diante do Outro e do seu desejo.

Nesse sentido, se o ato está ligado à ocorrência da análise, entra em questão o que caracteriza o fim desta, já que ficou claro com Freud (1937/2017) que ela conduz ao seu termo. Assim, o subtópico seguinte discutirá essa questão.

4.2 O FIM DE ANÁLISE

O questionamento feito em uma análise em torno do desejo e sua postulação por Lacan (1953/1998) enquanto desejo do Outro, faz elucidar que o desejo é na verdade um desejo da falta. Pois deseja-se que o Outro deseje, que o outro tenha a falta, portanto, já que o desejo só é possível mediante a falta do objeto. A ética da psicanálise direciona para o questionamento acerca do discurso do Outro, para o furo na totalidade de saber. Dessa forma, promove a construção de uma verdade subjetiva, uma vez que a verdade tem estrutura de ficção, desencadeando um reposicionamento do sujeito (LACAN, 1953/1998).

De acordo com Lodi (2008), a intervenção do analista opera na articulação entre saber e verdade. Ao apontar para o furo no saber, ele causa um descolamento da verdade. Ele aposta que há algo para além das certezas e crenças nas quais o analisante que chega finca o seu ser (LODI, 2008). Na “Proposição de 9 de outubro de 1967”, Lacan (1967/2003) coloca o analista no lugar do des-ser, lugar daquele que fez a travessia das identificações, que foi confrontado com o Outro e com sua barra, a qual marca a impossibilidade de se existir uma verdade absoluta. Trata-se, portanto, de uma transmissão da falta.

Assim, a psicanálise distingue-se de uma terapia, já que esta visa a restauração de um estado primário (LACAN, 1967/2003). O fazer do analista visa a constituição

de uma experiência original, na qual a incidência da castração depura a letra e dela faz reverberar efeitos na estrutura do sujeito. Conforme elucida Freud (1905), recorrendo a Leonardo da Vinci, o trabalho da psicanálise se assemelha à prática da escultura que age retirando os excessos da pedra para revelar o formato contido nela.

O excesso em psicanálise se refere ao gozo, esse além do princípio de prazer que se dá numa relação de fixação ao Outro como uma não aceitação da castração. Desse movimento de subtração, chega-se a um ponto, a letra, de onde não se partem mais significações (LACAN, 1957/1998). Esse é considerado o núcleo do real por ser marca da impossibilidade. Um percurso nessa direção lida com o processo de alienação e separação, reconhecendo nisso o movimento da pulsão (LODI, 2008).

O fim a que se propõe uma análise é o confronto com a existência da impossibilidade e com o rebotalho disso. Segundo Lacan (1973/2003), esse rebotalho, objeto *a*, pode aí atuar como operador de uma nova causa que lide de uma outra forma com essa marca do impossível. Por isso, o fim de uma análise, daquela de onde advém o desejo do analista, é marcado não só por um luto, mas também pelo florescimento de um entusiasmo que se dá sobre o objeto causa do desejo. Conforme Lacan (1973/2003, p. 313), “se ele não é levado ao entusiasmo, é bem possível que tenha havido análise, mas analista, nenhuma chance”.

Logo, nem toda análise leva à produção de um analista. O analista se coloca como objeto da transferência e, nesse sentido, permite-se ser “povoado” pelo Outro do discurso do analisante. Ao intervir do lugar de falta-a-ser, ele conduz a análise para o sentido oposto ao da identificação consigo. Resgatando o ato poético como criador de algo novo, Dunker (2016) ressalta que a formação do analista não é a formação de uma nova identificação e de um “eu”, mas sim de um novo desejo. O final da análise implica desse modo na queda dos ideais do Outro e na apreensão do desejo enquanto des-ser, aquilo que falta-a-ser (LACAN, 1967/2003).

Com isso, a suposição de saber sobre o analista não se sustenta mais e a transferência é dissolvida. Segundo Quinet (2010), o semblante de objeto *a* que o analista mantinha é revelado e ele é destituído desse lugar. O analisante enfrenta então um luto decorrente da desvinculação entre o desejo do sujeito e o desejo do Outro que tinha o analista como suporte. Esse processo de destituição subjetiva implica que o desejo agora não espera que nenhum objeto o satisfaça ou o realize, ele é “sem o Outro”, é pura falta. Contudo, em alguns casos, o fim de análise desloca a transferência, antes dirigida ao analista, para a causa analítica (QUINET, 2010).

Nesse sentido, o próximo capítulo explanará o que caracteriza essa transferência com a causa analítica.

5 AUTORIZAÇÃO E GARANTIA DO ANALISTA

Como já foi dito, nem sempre a transferência com a causa analítica ocorre e falar disso implica tratar da questão da autorização. Segundo Lacan (1973/2003, p. 311), “o analista só se autoriza de si mesmo”, ou seja, não há garantias de um Outro. Isso guarda relação com: “nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala” (LACAN, 1965/1998, p. 882). Em parte, só há possibilidade de autorização se houver esse reconhecimento de que não é possível que a verdade seja toda dita.

Pode-se dizer que a verdade do sujeito entra em questão numa análise. Ela é convocada a ocupar um lugar de denúncia do saber e, simultaneamente, de instigação do mesmo à novos enlaces e desenlaces (LACAN, 1973/2003). O saber construído nesse percurso é um saber marcado, como diz Fingermann (2016), pela deformação significativa. Ela assim se refere ao trabalho de deslocamento do sujeito do lugar de alienação ao desejo do Outro. Isso implica que o analista atua a partir de uma heterotopia com relação ao senso comum (FINGERMAN, 2016).

Se a atuação parte do lugar da diferença ou ainda, se o ato advém do desejo do analista, como ressalta Lacan (1973/2003), somente o analista pode autorizar-se. Todavia, isso é completamente diferente de uma “autoproclamação”, o que fica bem claro na nota de rodapé do texto “*Nota Italiana*” (LACAN, 1973/2003). Lacan (1973-1974/2018) acrescenta ao seu aforisma sobre a autorização que o analista não se autoriza sem alguns outros. Segundo Soler (2014, p. 47), fica estabelecido então que a “análise é necessária, mas não suficiente para fazer o analista”. Ela esclarece a dificuldade em se identificar o analista lembrando Lacan (1973/2003) quando este especifica que o analista é da lógica do não-todo.

Em outras palavras, não há o que se aplique para todos os analistas. Ainda citando Soler (2014), a construção de uma análise é de algo único e inédito que não é do Outro e por isso exclui a repetição. Trata-se da produção de uma narrativa autêntica para a qual Lacan designou o termo *historisteria* - junção dos termos história e histeria (SOLER, 2014). Ela nada mais é do que a colocação em causa dos significantes que constituem o sujeito na formulação e reformulação de uma narrativa.

Após esse passo, no qual algo se fabrica em torno do real ou sobre o real, o analista pode re-historizá-lo agora junto aos pares (SOLER, 2014). Assim sendo, de onde pode vir alguma garantia disso?

5.1 A QUESTÃO DA GARANTIA

Para dar provas desse, por assim dizer, encontro frutífero com o real, Lacan propõe o espaço da Escola (LACAN, 1973/2003). Contudo, isso não é o mesmo que dizer que a Escola garante o analista, pelo contrário, é o Analista de Escola (AE) responsável por garanti-la (LACAN, 1969/2003). A Escola é o espaço de circulação do desejo do analista. Também pode-se dizer que é o lugar onde a diferença deve prevalecer em detrimento das identificações, as quais comumente ocorrem nas instituições (LACAN, 1969/2003). Em outras palavras, é lugar de prevalência do discurso do analista. Conforme Fingermann (2016), é nela que se dá a produção de um “saber singular e paradoxal” através das provas e motivos que cada um dá sobre sua clínica. Com isso, o analista se compromete à produção da Escola e com a sobrevivência da psicanálise (FINGERMAN, 2016).

A Escola é constituída pelo cartel e pelo passe como dispositivos de base. Conforme Fingermann (2016), o primeiro provém de um incômodo que causa uma questão em torno da qual os sujeitos se reúnem transferidos pelo trabalho com a psicanálise. Tal questão implica que, ao final do cartel, cada cartelizante possa produzir algo a ser direcionado à comunidade analítica fazendo gerar, dessa forma, novas questões e laços. Sua formação se dá numa lógica em que quatro se escolhem e designam um mais um (4+1). A introdução do mais um tem a função de fazer barreira à formação de grupo e à prevalência do discurso do mestre. A razão disso é impedir a inibição e causar o movimento do trabalho (FINGERMAN, 2016). Ou seja, o cartel é espaço de trabalho arejado pelo desejo do analista.

Já o passe, de acordo com Vidal (2010), é um modo de verificação do ato analítico que marca a passagem de analisante à analista por meio do qual se é nomeado ou não Analista de Escola. É uma experiência fora da transferência na qual passadores escutam o testemunho de uma análise e são encarregados de transpor o que dela extraíram para um júri. Esse é responsável por dizer se houve ou não o passe. O que se verifica nesse dispositivo é a transmissão da falta e a circulação do objeto causa de desejo, pois, de acordo com Vidal (2010, p. 15), “a cada passe inaugura-se uma transmissão que põe em relevo o que há de intransmissível no cerne

da experiência analítica”. Em outras palavras, averigua-se a existência do desejo do analista.

O passante, aquele que solicita a experiência do passe, é instigado pelo ato de autorizar-se analista (VIDAL, 2010). Segundo Severini (2019), o passe é solicitado como uma demanda de autenticação à Escola, uma forma de questionar se houve fim de análise. Para essa autora, tal dúvida é fruto de uma concepção equivocada que deixa de fora o fato de que o analista é produto de uma análise finita. Outro ponto para o qual Severini (2019) direciona atenção é a constatação de que muitos depoimentos são em torno do sucesso terapêutico. Ela alerta que a necessidade de muitas palavras para relatar os mais variados detalhes não se insere na lógica do passe, pois não circunscreve o ponto de interesse concernente ao dispositivo em questão. Esse ponto não tem a ver com o efeito de cura que uma análise possa ter tido.

Aliás, Camila Vidal (2016), no seu testemunho de passe, evidencia que esse ímpeto pela cura é típico do desejo de ser analista e, mais importante ainda, ressalta que é dele que se deve “curar” para que o desejo do analista possa advir. Uma vez que o primeiro está ligado a uma lógica que se sustenta num “querer”, o segundo advém de uma posição ética que consiste em não recuar diante do que seu percurso em análise fez emergir. Logo, esse desejo particular marca um descentramento de si e implica uma maior liberdade quanto ao modo de gozo que se descola mais do papel impositivo do imaginário (VIDAL, 2016).

Retomando Soler (2014), a supervisão também é um dispositivo por meio do qual se verifica o ato daquele que se autoriza, porém em um só depois através das consequências para o paciente. Essas consequências não são uma simples melhora terapêutica, mas sim efeitos analíticos já que ambos podem não andar juntos. Assim, na supervisão não se trata de uma emissão de opinião sobre o caso ou mesmo validação do ato, mas de um “fazer passar à elaboração, à articulação, a estranheza dos efeitos analíticos” (SOLER, 2014, p. 48). Ou seja, numa supervisão, o supervisionando se encontra no mesmo nível do analisante e assim faz uma historização da análise do paciente (SOLER, 2014).

A autorização, segundo Soler (2014, p. 48), portanto, tem como requisito a “historização autorizante” que “se aplica de forma tríplice ao analisante, ao supervisionando e ao passante”. Por conseguinte, uma vez que esses dispositivos são lugar de circulação do discurso do analista, é deste último que algo da garantia do fazer analítico pode advir (SOLER, 2014). Diante do exposto sobre o que está em

jogo no ato de autorização e na garantia do analista, o subtópico seguinte explicitará no que se diferencia o discurso do analista e a formação universitária regida pela lógica neoliberal.

5.2 DISCURSO DO ANALISTA X FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Levando-se em consideração, conforme Lacan (1970/2003), que a psicanálise é uma experiência com o inconsciente e que a ciência suprime o sujeito, encontra-se aí um ponto fundamental de divergência a ser percorrido entre o discurso do analista e a formação universitária. Freud (1919/2010) explica que a psicanálise, apesar de poder sim ser ensinada na universidade, não tem sua formação a ela restrita. Ele defende o ensino da psicanálise no interior dos cursos de medicina bem como o acesso de outras áreas da ciência a esse saber (FREUD 1919/2010). Ademais, fomenta que a inclusão da psicanálise na grade curricular é motivo de satisfação para um analista, mas é verdade que isso não significa que os estudantes aprenderão realmente a prática no que diz respeito ao seu efetivo exercício.

Nas palavras de Freud (1919/2010, p. 285):

Pois o que ele necessita teoricamente pode ser obtido na literatura especializada e aprofundado nas reuniões científicas das sociedades psicanalíticas, assim como na troca de ideias com os membros mais experientes. Quanto à experiência prática, além do que aprende na análise pessoal ele a adquire ao tratar pacientes, sob aconselhamento e supervisão de colegas já reconhecidos (FREUD, 1919/2010, p. 285).

Ele alerta que uma perspectiva exclusivamente intelectual pode levar ao que chamou de psicanálise selvagem fechando-se em interpretações e desvinculando-se da única técnica psicanalítica (FREUD, 1910/2010). Freud ainda salienta que, com a exposição teórica e com os meios para uma prática como ambulatorios e serviços de internação, é possível aprender “algo sobre e com a psicanálise” na universidade, mas sua formação requer ainda longos anos de trabalho (FREUD, 1919/2010).

Para Lacan (1970/2003), o saber que se trata na psicanálise, o inconsciente, não se pode ser ensinado. No discurso analítico, o saber ocupa o lugar da verdade. Isso implica que o produto da análise é uma construção significativa a partir do que não se sabe que sabe, causada pela peculiaridade do objeto a de existência (LACAN, 1970/2003). Muito diferente do que ocorre no âmbito acadêmico. Neste, o saber é quem causa a produção e é lido como totalizante. Seguindo essa linha, ele subjuga os alunos e leva à produção de sintoma/professor (LACAN, 1970/2003).

Ademais, ele ainda guarda uma relação de sustentação com um significante-mestre recalçado (LACAN, 1970/2003).

Isso não acontece no discurso do capitalista, pois o saber se torna desvinculado da verdade e escravo de um imperativo de produção (LEBRUN, 2004). Nesse sentido, o saber torna-se uma mercadoria e passa a fazer parte de um sistema regido pela lógica empresarial do “investimento em si” (SAFLATE; JUNIOR; DUNKER, 2020). Nela, a fantasia de realização pessoal é indissociada do sucesso econômico e social que se estende para o universo virtual na busca incessante por curtidas e seguidores (DUNKER, 2017).

Conforme o exposto acima, a instituição recente de um curso de psicanálise como graduação segue essa lógica (JORGE, 2022). Tentativas como essa são recorrentes e só visam o mercado, seguindo na contramão da ética do desejo que não é totalizante e muito menos universal, mas singular. Lacan (1957/1998b) defende, então, que em psicanálise se trata da transmissão de um estilo, de uma “via mediante a qual a verdade mais oculta manifesta-se nas revoluções da cultura”. Essa via é a via da falta-a-ser que não pode ser validada ou garantida pelos meios comuns como certificações e títulos, pois sua verificação só ocorre através do reconhecimento entre pares dos efeitos do ato analítico e sob a ótica do discurso do analista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão, tem-se que a formação do analista se dá fundamentalmente a partir da experiência pessoal de análise, contudo, não sem a supervisão e o estudo teórico caracterizando o tripé proposto por Freud. Todavia, nesse período de hegemonia neoliberal, ela vem sendo desvinculada de sua base, que se constitui como um saber sobre a experiência com o inconsciente, para vigorar apenas como mais um saber técnico a ser usado enquanto instrumento de adaptação social pelo bem do capital.

Portanto, é necessário explicitar que o analista não é e nem pode ser produto dessa lógica. Por mais que hajam tentativas recorrentes de atar o psicanalista ao discurso do capitalista, a sua condição é de ex-sistência, isto é, de existir fora promovendo giro de discursos. Assim, sua autorização está ligada à emergência do ato analítico que, por sua vez, é decorrente de uma apuração subjetiva acerca dos

limites entre a verdade e o real de um gozo paradoxal na construção de um saber norteado pelo objeto a.

Isso significa que se estabelece para o sujeito um novo paradigma. Nele, a verdade é reconhecida como não-toda em sua fronteira com o real que, por conseguinte, aponta para o que não é inserido na ordem social. Esta fronteira é costurada por um saber singular produzido na experiência analítica. As provas desse percurso devem ser postas ante a comunidade analítica através dos dispositivos da supervisão ou do passe, pois faz parte da emergência do analista o reconhecimento do seu saber singular por parte dos pares.

Nesse sentido, o fazer em questão obtém sua sustentação no discurso do analista onde o objeto a pode apontar a direção sem ser sufocado pelo saber totalizante da ciência e pela produção compulsiva do neoliberalismo. Logo, nenhuma garantia que possa vir desses é suficiente para que haja analista. Tal fato faz com que seja fundamental espaços como as Escolas de psicanálise cuja prioridade é promover a circulação da causa do desejo e sua transmissão.

Afinal, a Escola é o lugar onde cada analista vai dar provas do seu percurso e colocar em questão o seu estilo, aqui lido como efeito de sua formação delineada pelo tripé análise pessoal, supervisão e estudo teórico. Antes de prover alguma garantia, ela é garantida pela causa analítica que direciona cada analista a formar laços orientados pela ética do desejo. Logo, a verificação do ato por ela é necessária para identificar o lugar do objeto causa do desejo enquanto criador de uma nova ordem mais do que para outorgar alguém o direito de se denominar psicanalista.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, S. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos/Contra Capa, 2009
- BRIDA, G. V. P.; NETO, G. A. R. M. A histeria nas revisões do caso Emmy von N.: contribuições para a história da psicanálise. *Memorandum*, n. 28, p. 36-54. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/memorandum/a28/bridaramos01>. Acesso em: 09 fev. 2022.
- BATTISTA, J. O desejo nas psicoses. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2020.
- CASTRO, J. E. de; FERRARI, I. F. O desejo do psicanalista e sua implicação na transferência segundo o ensino de Lacan. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, pp. 53-72, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000200004>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- DARDOT, P.; LAVAL; C. *A Nova Razão do Mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, C. *Reinvenção da Intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- DUNKER, C. Do ato ao discurso do psicanalista. São Paulo: Espaço Singular, 2016. 1 vídeo (1:46 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pzDeWcJV8MU&t=3608s>>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- DUARTE, L. P. L. O ato falho cifrado: que lugar para o ato analítico? *Stylus Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 27, p.1-156, 2013.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica (1895[1950]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, V. I, p. 335-454,1996.
- FREUD, S. A interpretação dos sonhos (1900). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, v. IV,1996.
- FREUD, S. Psicopatologia da Vida cotidiana (1901). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro: Imago, v. VI, 1996.
- FREUD, S. Sobre psicoterapia(1905 [1904]). In: *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 63-80.
- FREUD, S. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In: *Duas histórias clínicas – o “Pequeno Hans” e o “Homem dos ratos”*. Rio de Janeiro: Imago, v.10, 1996.
- FREUD, S. Sobre psicanálise “selvagem” (1910). In: *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 81-92.
- FREUD, S. Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico (1912). In: *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 93-106.

FREUD, S. Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades? (1919). *In: História de uma neurose infantil ("o homem dos lobos")*, Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, v. 14, 2010, p. 284-287.

FREUD, S. A questão da análise leiga (1926). *In: Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 205-313.

FREUD, S. A análise finita e a infinita (1937). *In: Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 315-364.

FLOR, F. F. O que nos dizem os analistas no passe? Tradução de Wilson Alves-Bezerra. *Stylus Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 63-73, julho 2018.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *J. psicanal.* São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em : 10 fev. 2022

FINGERMAN, D. *A (de)formação do psicanalista: as condições do ato psicanalítico*. São Paulo: Escuta, 2016.

FINGERMAN, D. Do impasse de um discurso ao Dizer Outro: um salto. Há alegria! *Wunsch*. n. 19, p. 37-40, 2019. Disponível em:< <https://champlacanien.net/public/4/puWunsch.php?language=4&menu=1>>. Acesso em 20 mar. 2022.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GONCALVES, R. Um estudo de caso sobre a brincadeira do FORT-DA como indício de estruturação do sujeito. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 626-637, dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282018000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 mar. 2022. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i3p626-637>.

HARARI, R. *O que acontece no ato analítico? A experiência da psicanálise*. Tradução André Luis de Oliveira Lopes. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

JORGE, M. A. C. Bacharelado em psicanálise é aberração. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: Bacharelado em psicanálise é aberração - 11/01/2022 - Opinião - Folha (uol.com.br). Acesso em: 27 jan. 2022.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem (1953). *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 238-324.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957a). *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 496-536.

LACAN, J. A psicanálise e seu ensino (1957b). *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 438-460.

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). *In: Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 591-652.

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967). *In: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 248-264.

- LACAN, J. Do Discurso Psicanalítico - Conferência de Lacan em Milão (12 de Maio 1972). Tradução por Sandra Regina Felgueiras. *In: Lacan in Italia (1953-1978)*. Milão: Salamandra, 1978. Disponível em: <<http://lacanempdf.blogspot.com/2017/07/do-discurso-psicanalitico-conferencia.html>>. Acesso em: 29 mar. 2022.
- LACAN, J. Alocução sobre o ensino (1970). *In: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 302-3310.
- LACAN, J. Nota italiana (1973). *In: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 311-315.
- LACAN, J. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, J. *O seminário, livro 11: os conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LACAN, J. *O seminário, livro 15: o ato psicanalítico (1967-1968)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, J. *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante (1971)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LACAN, J. *O seminário, livro 21: os não-tolos erram/nomes do pai (1973-1974)*. Porto Alegre, RS: editora Fi, 2018.
- LIPOVETSKY, G; SERROY, J. *A cultura Mundo: resposta uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LEBRUN, J-P. *Um Mundo Sem Limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- LODI, M. I. Autorizar-se analista: a surpresa. *Revista Transfinitos – transmissão: clínica e passe*. Belo Horizonte: Argvmentvm, n. 7, p. 79-86, 2008.
- MARISCAL, D. L. A função do analista. *Rev. Escola Letra Freudiana – O Desejo do Analista – Ano XXII*, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 199-210, 2003.
- OLIVEIRA, M. C. A. O “desejo” em Freud. *Rev. Escola Letra Freudiana – O Desejo do Analista – Ano XXII*, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 11-16, 2003.
- OLIVEIRA, S. M. E. O corpo e o Outro. *Revista Eletrônica do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais – Almanaque On-line*, n. 13, 2013. Disponível em: <<http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/SandraTrilhamentofinal.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2022.
- PISETTA, M. A. A. de M. O sujeito suposto saber e transferência. *Revista Digital AdVerbum*, v. 1, n. 6, pp. 64-73, 2011.
- QUINET, A. *A variedade do passe*. *Wunsch*, Buenos Aires, n. 8, p. 14-17, 2010. Disponível em: <

<https://www.champlacanian.net/public/4/puWunsch.php?language=4&menu=1>>. Acesso em 08 mar. 2022.

VIDAL, M. C. V. O passe, uma aposta de Escola. *Rev. Escola Letra Freudiana – Documentos para uma Escola V - O passe em andamento – Ano XXIX*, Rio de Janeiro, n. 0, p. 13-15, 2010.

VIDAL, C. Névoa... *Stylus revista de psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 13-24, 2016. Disponível em: <<http://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/616>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

RABINOVICH, D. S. *O desejo do psicanalista: liberdade e determinação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista Enfermagem*, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SILVA, A. F. R da. *A metapsicologia de Freud: cartas e manuscritos – O projeto*. Belo Horizonte: Passos Editora, 1995.

SOLER, C. Autorizar-se, mas como? Tradução de Vera Pollo. *Wunsch*, Paris, n. 14, p. 45-49, 2014. Disponível em: <<https://champlacanian.net/public/4/puWunsch.php?language=4&menu=1>>. Acesso em 25 mar. 2022.

SAFLATE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFLATE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 17-46.

SEVERINI, M. Quando o cartel não nomeia. Tradução Cícero Oliveira. *Wunsch*. n. 19, p. 54-55, 2019. Disponível em:<<https://champlacanian.net/public/4/puWunsch.php?language=4&menu=1>>. Acesso em 20 mar. 2022.

VOLTOLINI, R. O psicanalista e a pólis. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 47-61, jan./abr. 2018. Disponível em: <O PSICANALISTA E A PÓLIS (bvsalud.org)>. Acesso em: 08 fev. 2022.

VORSATZ, I. O conceito, o desejo e a ética: o desejo como móbil do conceito fundamental. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. XXI, n. 2, p. 215 – 223, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/agora/a/9QzXWqNvMm7bGmxsRB7xHzy/>>. Acesso em: 11 fev. 2022.